



PARTE II - Duração: 2 horas

Estas questões são independentes do texto apresentado na PARTE I

QUESTÕES DE FISCALIDADE

Questão 26.:

Estão sujeitas a IVA:

- a) Apenas as operações intracomunitárias efetuadas no território nacional.
- b) As transmissões de bens e as prestações de serviços efetuadas no território nacional, a título oneroso, por um sujeito passivo agindo como tal; as importações de bens e as operações intracomunitárias efetuadas no território nacional, tal como são definidas e reguladas no RITI.
- c) Apenas as transmissões de bens e as prestações de serviços efetuadas no território nacional, a título oneroso.
- d) Apenas as importações de bens.

Questão 27.:

A Associação de Cicloturismo “Caminhos de Portugal”, participante em provas de ciclismo, organismo sem finalidade lucrativa que possui contabilidade organizada para efeitos de IRC, enquadrada no regime normal do IVA, utilizando o método da percentagem de dedução do IVA correspondente ao montante anual das operações que deem lugar a dedução (“pro rata”), auferiu, durante o ano de 2018, os seguintes rendimentos:

	(em EUR) *
Quotas dos seus associados	340 000
Serviço de publicidade (patrocínio) faturado a uma empresa com sede na Alemanha e aí registada para efeitos de IVA	70 000
Venda de peças de bicicletas na sua sede no Porto	40 000
Subsídio ao equipamento atribuído pelo Instituto Português do Desporto e Juventude	150 000

* valores sem IVA (quando aplicável).

Perante tais dados, qual a percentagem de IVA que a Associação em causa poderá deduzir, provisoriamente, durante o ano de 2019, relativamente aos bens e serviços adquiridos, de utilização mista?

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o art.º 31.º do Estatuto da OCC)	22 junho 2019	VERSÃO C
--	----------------------	-----------------



- a) 25%.
- b) 19%.
- c) 18%.
- d) 33%.

Questão 28.:

Para efeitos de IMI, quando um terreno para construção, adquirido a um particular, tenha passado a figurar no inventário de uma empresa que tenha por objeto a construção de edifícios para venda, cumpridas as respetivas obrigações declarativas:

- a) O imposto é sempre devido a partir do ano, inclusive, da aquisição do referido imóvel.
- b) Não há tributação em sede de IMI, bastando para tal que a empresa em questão tenha a sua sede num país com regime fiscal claramente mais favorável.
- c) O imposto é devido a partir do 4.º ano seguinte, inclusive.
- d) O imposto é devido a partir do 3.º ano seguinte, inclusive.

Questão 29.:

Para efeitos de IRC, as ajudas de custo não faturadas a clientes e não sujeitas a tributação em sede IRS na esfera do respetivo beneficiário, quando documentadas por mapas de controlo adequados:

- a) São aceites como gastos fiscais dedutíveis no cálculo do lucro tributável, mas estão sujeitas a tributação autónoma.
- b) São aceites como gastos fiscais dedutíveis no cálculo do lucro tributável e não estão sujeitas a tributação autónoma.
- c) Não são aceites como gastos fiscais dedutíveis no cálculo do lucro tributável e não estão sujeitas a tributação autónoma.
- d) Não são aceites como gastos fiscais dedutíveis no cálculo do lucro tributável, mas estão sujeitas a tributação autónoma.

Questão 30.:

A empresa Bel-Air, Lda., que exerce a atividade de comércio de produtos de cosmética, com sede em Portimão, adquiriu, em 2017, uma viatura ligeira de passageiros de 5 lugares, movida a gasóleo, por 40 000 EUR + IVA no valor de 9 200 EUR, totalizando 49 200 EUR. Relacionado com a referida viatura, encontra-se registada contabilisticamente, no exercício

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o art.º 31.º do Estatuto da OCC)	22 junho 2019	VERSÃO C
--	----------------------	-----------------



de 2018, período em que a empresa apurou prejuízo fiscal, uma depreciação anual à taxa de 25%.

O apuramento da respetiva tributação autónoma em sede de IRC efetua-se da forma que se segue:

- a) 12 300 EUR x 45%.
- b) 10 000 EUR x 35%.
- c) 6 250 EUR x 45%.
- d) 12 300 EUR x 35%.

Questão 31.:

São enquadrados, em sede de IRS, na categoria G, os seguintes rendimentos:

- a) Imputados ao sócio de uma sociedade enquadrada no regime de transparência fiscal.
- b) Ganho obtido com a alienação de um bem afeto a uma atividade profissional.
- c) Os acréscimos patrimoniais não justificados, determinados nos termos do art.º 89.º-A da Lei Geral Tributária.
- d) Provenientes de rendas de prédios urbanos, pagos ou colocadas à disposição dos respetivos titulares.

Questão 32.:

Júlio Aniceto, residente em Vila Real, adquiriu, por 50 000 EUR, em maio de 2018, um lote de terreno para construção, que veio a vender em janeiro de 2019, por 80 000 EUR. O produto da alienação daquele terreno foi utilizado, na íntegra, na aquisição, em maio de 2019, por 200 000 EUR, de um apartamento para sua residência, que ocupou de imediato.

No que se refere à tributação, em sede de IRS, do ganho com a venda do terreno:

- a) É tributado em 50%, a uma taxa especial de 28%, com opção pelo englobamento.
- b) É tributado na totalidade, com englobamento obrigatório, às taxas gerais do IRS.
- c) Está excluído de tributação, uma vez que se verificou o reinvestimento total do valor de realização.
- d) É tributado em 50%, às taxas gerais do IRS.

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o art.º 31.º do Estatuto da OCC)	22 junho 2019	VERSÃO C
--	----------------------	-----------------



QUESTÕES DE CONTABILIDADE ANALÍTICA

Questão 33.:

O cálculo do Custo Industrial dos Produtos Acabados é determinado do seguinte modo:

- a) Custo Industrial ou de Produção mais a variação dos inventários de Produtos em Curso ou em Vias de Fabrico.
- b) Custo Industrial ou de Produção menos a variação dos inventários de Produtos em Curso ou em Vias de Fabrico.
- c) Custo Industrial ou de Produção mais a variação dos inventários de Produtos Acabados.
- d) Custo Industrial ou de Produção menos a variação dos inventários de Produtos Acabados.

Questão 34.:

Certa empresa fabril, durante o seu processo de produção conjunta obtém os produtos principais P1 e P2, o subproduto S e o resíduo R, utilizando o critério do lucro nulo para mensurar o subproduto e o resíduo. No primeiro trimestre do ano N, a empresa suportou 320 000 EUR de custos conjuntos, para produzir 3 000 kg de P1, 5 000 kg de P2, 1 000 kg de S e 400 Kg de R. Durante este período, todos os produtos têm gastos com o embalamento no valor de 4 EUR por kg e gastos de distribuição no valor de 3 EUR por kg. Sabe-se ainda que, no primeiro trimestre, o preço de venda unitário do produto P1 é de 70 EUR, o do produto P2 é de 60 EUR, o do subproduto S é de 40 EUR e o do Resíduo R é de 20 EUR.

Durante o primeiro trimestre do ano N, o custo conjunto a imputar aos produtos principais, foi de:

- a) 280 600 EUR.
- b) 281 800 EUR.
- c) 276 200 EUR.
- d) 280 200 EUR.

Questão 35.:

Uma determinada empresa fabrica unicamente um produto, mensurando os seus inventários através da fórmula de custeio Custo Médio Ponderado. Em determinado período, os Inventários Iniciais dos Produtos em Curso de Fabrico ascenderam a 1 000 unidades, tendo já incorporado 80% de Matéria Prima, no valor de 10 000 EUR, e 50% de



Mão de Obra Direta, no valor de 5 000 EUR e 30% de Gastos Gerais de Fabrico no valor de 3 000 EUR. No mesmo período, os Inventários Finais de Produtos em Curso de Fabrico foram de 5 000 unidades, com uma incorporação de 100% de Matéria Prima, 50% de Mão de Obra Direta e 20% de Gastos Gerais de Fabrico. Sabe-se ainda que durante o período em análise:

- A empresa vendeu 80 000 unidades;
- Os gastos do período ascenderam a 200 000 EUR em consumo de Matéria Prima; 141 250 EUR de Mão de Obra Direta e 93 000 EUR de Gastos Gerais de Fabrico;
- Os inventários iniciais e finais de Produtos Acabados foram de 5 000 unidades e 20 000 unidades, respetivamente.

Com base nestas informações, o valor dos inventários finais de produtos em vias de fabrico foi de:

- a) 15 385 EUR.
- b) 14 010 EUR.
- c) 14 594 EUR.
- d) 15 250 EUR.

Questão 36.:

Determinada empresa fabril utiliza o sistema de custeio padrão para mensurar os produtos acabados, sendo o consumo de Matérias Primas calculado através da fórmula de custeio FIFO (*First In First Out*). Da ficha de custo padrão do produto acabado "RIC" constam os seguintes elementos:

- Matéria Prima MP1: 2,5 Kg a 13 EUR/kg;
- Mão de Obra Direta: 2 horas a 10 EUR/hora;
- Gastos Gerais de Fabrico: 3 EUR por cada unidade produzida.

No mês de junho de N, a empresa fabricou 6 300 unidades do produto "RIC", sendo necessárias 12 600 horas de trabalho dos operários fabris que custaram 123 480 EUR e 19 000 EUR de Gastos Gerais de Fabrico. Os inventários finais de MP1, no mês de maio de N e no mês de junho de N, foram, respetivamente, de 1 000 Kg a 13 EUR/kg e de 2 000 kg a 13,10 EUR/kg. Durante o mês de junho, a empresa comprou 17 000 Kg de MP1 a 13,10 EUR/Kg.

Com base nestas informações, o desvio total da produção do produto "RIC", em junho de N, foi de:

- a) 2 330 EUR desfavorável.
- b) 2 430 EUR desfavorável.
- c) 830 EUR desfavorável.
- d) 930 EUR desfavorável.

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o art.º 31.º do Estatuto da OCC)	22 junho 2019	VERSÃO C
--	----------------------	-----------------



Questão 37.:

No âmbito do sistema dualista duplo contabilístico, havendo movimentos a registar na conta da classe 9 “compras refletidas”, a mesma:

- a) Pode apresentar movimentos a débito e/ou a crédito.
- b) Não se movimenta, uma vez que é uma conta criada apenas no âmbito do sistema monista.
- c) Só pode apresentar movimentos a débito.
- d) Só pode apresentar movimentos a crédito.



QUESTÕES DE CONTABILIDADE FINANCEIRA

A RESOLUÇÃO EFETUADA COM BASE NO SNC

**A RESOLUÇÃO DAS QUESTÕES A SEGUIR APRESENTADAS DEVERÁ, QUANDO FOR O CASO, SER EFETUADA
COM BASE NO REGIME GERAL DE SNC (28 NCRFs), A MENOS QUE SE REFIRA O CONTRÁRIO:**

Questão 38.:

A sociedade FTA, Lda. adquiriu, em 2 de janeiro de 2016, um equipamento fabril, tendo o seu custo de aquisição ascendido a 36 000 EUR. A sociedade estimou uma vida útil de 4 anos e utiliza o método da linha reta no cálculo das depreciações desta classe de ativos.

Em 3 de janeiro de 2018, celebrou com a sociedade Locação, S.A. um contrato de *sales lease-back* (venda seguida de locação) através do qual efetuou a alienação do equipamento pelo montante de 20 000 EUR (justo valor do bem à data da celebração do contrato).

A sociedade FTA, Lda. continuará a utilizar o equipamento através da celebração de um novo contrato de locação (no qual se prevê a opção de compra no final do mesmo), com a duração de dois anos.

Aquando da celebração do contrato de *sales lease-back*, deve ter sido reconhecido na sociedade FTA, Lda.:

- a) Um passivo financeiro de 4 000 EUR.
- b) Um rendimento diferido de 20 000 EUR.
- c) Um rendimento do período de 2 000 EUR.
- d) Um rendimento diferido de 2 000 EUR.

Questão 39.:

A VFX, Lda. celebrou, em 1 de junho de 2018, um contrato de prestação de serviços de assessoria informática com um cliente, com a validade de dois anos ou 100 horas, ascendendo o contrato a 24 000 EUR (IVA não incluído).

No final do ano de 2018, a VFX, Lda. havia faturado e recebido 80% do valor acordado com o cliente, todavia apenas havia incorrido em 6 000 EUR de um total de 12 000 EUR de custos estimados com o contrato.

Face ao exposto, a 31 de dezembro de 2018, a VFX, Lda. deverá relevar:

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o art.º 31.º do Estatuto da OCC)	22 junho 2019	VERSÃO C
--	----------------------	-----------------



- a) Um rédito de 24 000 EUR.
- b) Um acréscimo de rendimentos de 7 200 EUR.
- c) Um rendimento diferido de 7 200 EUR.
- d) Um rédito de 19 200 EUR.

Questão 40.:

A sociedade Detentora, S.A. detém 360.000 ações das 1.200.000 ações que constituem o capital social da sociedade Detida, S.A.. Relativamente ao ano 2018, a sociedade Detida S.A. apurou um resultado líquido de 400 000 EUR e pagou aos acionistas 120 000 EUR de dividendos relativos a resultados apurados em anos anteriores.

A sociedade Detentora, S.A. mensura as participações financeiras pelo método da equivalência patrimonial e, no início do ano de 2018, a participação em causa estava reconhecida contabilisticamente pela quantia de 1 000 000 EUR.

Face ao exposto, a 31 de dezembro de 2018, a quantia da participação financeira que deve figurar no balanço da sociedade Detentora, S.A. é de:

- a) 1 280 000 EUR.
- b) 1 520 000 EUR.
- c) 1 000 000 EUR.
- d) 1 084 000 EUR.

Questão 41.:

Foram levantadas dúvidas acerca da possibilidade de capitalização dos custos de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a construção em curso, de um equipamento, junto ao leito de um rio.

Nos últimos meses, a construção encontra-se suspensa em virtude do aumento do caudal do rio, uma vez que tal condição impossibilita o avanço da referida construção.

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o art.º 31.º do Estatuto da OCC)	22 junho 2019	VERSÃO C
--	----------------------	-----------------



Foram efetuados diversos estudos que evidenciaram que os níveis de caudal estão em linha com os esperados para a época do ano e para a localização geográfica na qual se encontra a decorrer a referida obra.

Atendendo ao exposto:

- a) Os custos de empréstimos obtidos podem ser capitalizados durante o período em que a obra decorre, cessando a possibilidade de capitalização durante o período de suspensão da obra.
- b) Os custos de empréstimos obtidos podem ser incorridos durante um período extenso em que sejam interrompidas as atividades, sendo, no entanto, elegíveis para capitalização no caso em apreço.
- c) Os custos de empréstimos obtidos não podem, em qualquer circunstância, ser capitalizados, dado que a construção se encontra suspensa.
- d) Nenhuma das anteriores.

Questão 42.:

Em 2018 a sociedade 4TNINE, S.A., cujo capital social é de 4 000 000 EUR, representado por 4 milhões de ações com o valor nominal de 1 EUR, adquiriu 100.000 ações próprias por 2,5 EUR/cada. No decurso do mesmo ano alienou 25.000 daquelas ações próprias por 2 EUR/cada.

As transações ocorridas com as ações próprias geraram, conjuntamente, nos capitais próprios da 4TNINE, S.A. uma variação:

- a) Negativa de 200 000 EUR.
- b) Negativa de 250 000 EUR.
- c) Positiva de 12 500 EUR.
- d) Negativa de 12 500 EUR.

Questão 43.:

A sociedade Taxdif, S.A., após efetuar a análise do risco de incobrabilidade das dívidas a receber, optou por reconhecer uma perda por imparidade no valor de 20 000 EUR relativa a uma dívida de um cliente, relativamente à qual não existe qualquer processo judicial em

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o art.º 31.º do Estatuto da OCC)	22 junho 2019	VERSÃO C
--	----------------------	-----------------



curso. O valor da perda por imparidade reconhecida corresponde a 80% do montante total em dívida, sendo que este se encontrava, à data, em mora há quatro meses.

Analizando apenas o impacto desta operação e considerando uma taxa de imposto sobre o rendimento do período de 25%, no final do período em que foi reconhecida aquela perda por imparidade deverá ter sido reconhecido:

- a) Um passivo por imposto diferido no montante de 1 250 EUR.
- b) Um passivo por imposto diferido no montante de 5 000 EUR.
- c) Um ativo por imposto diferido no montante de 5 000 EUR.
- d) Um ativo por imposto diferido no montante de 1 250 EUR.

Questão 44.:

No decurso do mês de setembro de 2018, uma determinada entidade adquiriu um conjunto de mercadorias a um fornecedor sediado no Reino Unido, faturados por 40.000 GBP, ficando contratualizado que o pagamento ocorreria em 30 de novembro de 2018, o que se veio a verificar.

Contudo, a perspetiva de saída do Reino Unido da União Europeia tem originado variações cambiais significativas, uma vez que a relação cambial na data da compra das mercadorias era EUR/GBP = 0,89 e em 30 de novembro de 2018 era EUR/GBP = 0,92.

Na demonstração dos resultados de 2018, e relativamente às referidas variações cambiais, deverá ter sido reconhecido:

- a) Um gasto de 1 465,56 EUR.
- b) Um rendimento de 1 200 EUR.
- c) Um gasto de 1 200 EUR.
- d) Um rendimento de 1 465,56 EUR.

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o art.º 31.º do Estatuto da OCC)	22 junho 2019	VERSÃO C
--	----------------------	-----------------



9

QUESTÕES DE MATÉRIAS ESTATUTÁRIAS E DEONTOLÓGICAS

Questão 45.:

O registo do diretor técnico de uma sociedade de contabilidade depende:

- a) Da verificação da idoneidade do gerente da sociedade.
- b) Da comunicação à Ordem e do pagamento da taxa de registo.
- c) Da prévia aprovação do pacto social da sociedade de contabilidade.
- d) Todas as anteriores.

Questão 46.:

Independentemente do modo de exercício da atividade de contabilista certificado, o contabilista é responsável por todos os atos que pratique, incluindo os dos seus colaboradores. Esta afirmação é:

- a) Falsa, porque nas sociedades de contabilidade ou sociedades de profissionais a responsabilidade pelos atos dos colaboradores é da sociedade.
- b) Falsa, porque nas sociedades de contabilidade a responsabilidade é do diretor técnico.
- c) Verdadeira, porque o contabilista é sempre responsável pela regularidade técnica de toda a informação contabilística e fiscal das entidades em que foi nomeado contabilista certificado.
- d) Falsa, o contabilista é apenas responsável pelos seus atos.

Questão 47.:

A condenação pela prática dolosa de um crime de natureza económica e financeira, salvo se concedida a reabilitação, determina:

- a) A sujeição a um processo disciplinar se os factos estiverem relacionados com o exercício da profissão.
- b) Apenas o cumprimento da sanção penal.
- c) A falta de idoneidade para o exercício da profissão.
- d) Nenhuma das anteriores.

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o art.º 31.º do Estatuto da OCC)	22 junho 2019	VERSÃO C
--	----------------------	-----------------



Questão 48.:

Os contabilistas certificados que tenham solicitado a suspensão da inscrição:

- a) Não podem exercer qualquer atividade da competência do contabilista certificado.
- b) Podem apenas exercer as funções autorizadas pelo conselho diretivo.
- c) Podem exercer a atividade, desde que não assinem as declarações fiscais ou demonstrações financeiras.
- d) Podem exercer apenas as funções previstas no n.º 2 do artigo 10.º do Estatuto da Ordem.

Questão 49.:

As sanções disciplinares de multa aplicadas pelo conselho jurisdicional são comunicadas:

- a) Ao contabilista certificado arguido, Autoridade Tributária e Aduaneira e clientes.
- b) Ao contabilista certificado e afixadas por Edital na sede da Ordem.
- c) Apenas ao contabilista certificado arguido.
- d) Ao contabilista certificado arguido e à Autoridade Tributária e Aduaneira.

Questão 50.:

A fixação pelo contabilista de honorários muito baixos constitui:

- a) Uma violação do dever de competência profissional porque não permite ao contabilista exercer de forma competente a profissão.
- b) Uma violação do dever de lealdade para com os colegas que cobram honorários adequados à complexidade e responsabilidade assumidas.
- c) Um ato legítimo e livre do contabilista certificado.
- d) Um ato violador da sã concorrência.